

GUETO OU FAVELA?

Fernando Costa

Abstract: This article will explore the factors that differentiate ghettos from favelas (shanty towns). The first step will be to discuss their similarities, but it will increasingly point out their differences and special characteristics. In Brazil, the problem of creating spaces of territorial exclusion goes beyond practices that are traditional and commonly held in the more developed regions of the world like Europe, where one can find territories of social segregation based on stereotyped and relative concepts like "race" and/or "culture". Brazil, on the other hand, presents new forms of socio-territorial exclusion based on economic factors and on the appearance of the segregated population living there.

Keywords: Brazil; culture; exclusion; favela; ghetto; poverty; racism; society; territory; violence.

Resumo: Neste artigo serão indagados os fatores que diferenciam um gueto de uma favela, partindo de suas similaridades, mas lentamente acentuando suas diferenças e características próprias. No Brasil o problema da criação de espaços de exclusão territorial extrapola as práticas tradicionais e comumente realizadas em regiões mais desenvolvidas do mundo como, por exemplo, a Europa, onde se podem encontrar espaços territoriais de segregação social baseados em conceitos carcomidos e relativos como os de «Raça» e/ou «Cultura». O Brasil apresenta novas modalidades de exclusão sócio-territorial baseadas em fatores econômicos e na aparência da população segregada.

Palavras-chave: Brasil; cultura; exclusão; favela; gueto; pobreza; racismo; sociedade; território; violência.

Na favela, japonês é preto também.
Verso do rapper MV Bill

Introdução

O final do Século XX e o início do Século XXI marcam uma mudança significativa em como o resto do mundo percebe o Brasil e esta nova percepção acaba por lentamente começar a alterar sua imagem tradicionalmente aceita e bem quista por seus nativos.

Essa mudança ocorre em função do estreitamento das distâncias experimentada pelo mundo em decorrência do desenvolvimento vertiginoso dos meios de comunicação e pelo papel cada vez mais assertivo e participativo assumido pelo Brasil nos últimos dez anos. Um dos principais fatores catalizadores deste processo de mudança ocorre com o início das reformas econômicas e sociais implementadas pelo Brasil nas duas últimas décadas:

An unpredictable process of economic and social reform that begun with the election of Fernando Henrique Cardoso in 1994 will reach a plateau in 2010 with the successful conclusion

of the presidency of Luiz Inácio (Lula) da Silva. Both presidencies deserve credit for taking the difficult decision to modernize the country and create the conditions for the emergence of the new Brazil. After the return to democracy in 1985, Brazil lost a decade with three mediocre, if well-meaning, presidents before Cardoso and a new team of economists were able to restart the economy and provide the framework for stable growth, social reform, and institutional stability (Roett 2010: 22-23).

A passagem de uma posição periférica, quase marginal, do Brasil no cenário mundial para uma posição mais central e de maior visibilidade se dá no ano de 2001 quando Goldman Sachs criou o acrônimo BRICs para designar as novas economias emergentes representadas pelo Brasil, Rússia, Índia e China em razão do notável crescimento economicamente sustentável exibido por estes países:

[...] In part the success is due to external factors such as the high demand for Brazilian exports, particularly in China and the rest of Asia. But it is also reflects sophisticated policy choices, including inflation targeting and maintenance of an autonomous central bank (Roett 2010: 25).

Esta inesperada visibilidade no mercado internacional fez com que o mundo uma vez mais voltasse sua atenção para o Brasil, mas desta vez com uma curiosidade renovada e disposta a superar velhos estereótipos historicamente estabelecidos.

A nova imagem do Brasil passara a sofrer uma transformação irreversível: De paraíso tropical perdido nos prazeres de tempos imemoriais e local de perpétua festa e alegria, revela-se como um dos gigantes da nova economia global, lar de uma corrupção institucional generalizada e – em sua mais sombria face – local de violência extrema e desigualdades sociais abismais. Filmes como *Cidade de Deus* e *Tropa de Elite* agem como catalisadores da difusão da imagem deste «estranho e perigoso» Brasil recém-descoberto pelo mundo e da destruição – ao menos parcial – do Brasil paradisíaco idealizado por estrangeiros mundo afora.

O *locus* desta realidade aterrorizante e excitante, ao mesmo tempo, é a favela e os vilões a serem temidos, os seus habitantes. O público estrangeiro – sobretudo o público europeu – não tarda em relacionar a distopia social brasileira com os seus próprios problemas sociais, apropriando-se da nossa realidade como um aviso do que pode acontecer aos países desenvolvidos, caso as minorias não sejam devidamente assessoradas, educadas, vigiadas, controladas e, em casos extremos, expulsas dos bolsões de estabilidade social em que creem viver. Tais bolsões, conforme podemos constatar atualmente – resultado de uma crise que já dura seis anos – não passam de ilusões.

A tradução desta triste realidade brasileira para o imaginário europeu acaba por fazer-se de maneira apressada e imprecisa – posto que os mesmos europeus não têm como imaginar algo que inexistente em sua própria realidade social – que acaba por reforçar teses xenófobas e racistas que andam em franco crescimento no Velho Continente: A comparação e compreensão do termo «favela» como sendo o mesmo que o termo «gueto». As diferenças existentes entre os termos são tão profundas e complexas que a única semelhança que guardam entre si é a pobreza presente, muitas vezes, em ambos os casos. Ainda assim, a diferença de grau entre os níveis de pobreza experimentados nas duas situações não pode ser comparada na maior parte dos casos. Por isso é fundamental determinarmos a diferença cabal entre um gueto e uma favela em seus mais diversos aspectos.

A fim de atingirmos nosso intuito precisaremos – primeiramente – analisar as relações existentes entre «território» e «exclusão», bem como determinar como se formam es-

tes espaços territorializados de segregação social ressaltando as diferenças entre as formações dos guetos e das favelas.

A partir daí pretendemos nos aprofundar nos dois pontos mais característicos e originais da exclusão social vivida na favela e que a diferencia em definitivo dos guetos: A segregação econômica e a segregação estética de seus habitantes.

1. A Formação dos Territórios de Exclusão no Brasil

A compreensão do fenômeno da formação das favelas brasileiras não pode ser distanciada do entendimento sobre a formação sócio-espacial de suas maiores metrópoles. Especificamente em nosso caso:

O processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados «minorias». O *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social (Campos 2004: 19).

O motor principal deste processo está – quase sempre – atrelado a uma visão *higienista* dos centros urbanos. Por visão higienista entendamos que se trata de uma prática intervencionista do Estado que visa *limpar* as áreas urbanizadas do que possam pôr em risco a *saúde* e o *bem-estar* públicos. Em outras palavras, é preciso retirar e esconder os pobres e as suas mazelas dos olhos, ouvidos e narizes daqueles que são considerados *peçoas de bem*.

As intervenções higienistas do Estado em zonas habitadas por pobres tem início no tempo do Império no Rio de Janeiro sob as ordens de D. Pedro II que desejava *limpar* o centro da cidade expulsando os escravos, ex-escravos, vadios e ex-soldados que poluíam a bela paisagem admirada pela corte e por turistas vindos de todo o mundo. Os indesejados eram assim expulsos para áreas periféricas da cidade e acabavam por juntarem-se a algum quilombo ou formarem as primeiras comunidades que posteriormente dariam origem às primeiras favelas (Campos 2007).

A prática do higienismo urbano e social, apesar de possuírem nomes diferentes – quase sempre – ainda é muito comum em nossos dias, sendo que somente no ano de 2011 em São Paulo, dois episódios deste tipo foram encabeçados pelo Governo do Estado e por parte da população mais abastada da cidade¹.

O processo de formação dos espaços de exclusão territorial torna-se significativamente mais forte com o fim da escravidão e com o início dos trabalhos remunerados que marcam um período de profunda convulsão social. Os antigos escravos, agora libertos, tinham que encarar uma dura escolha: permanecer nas fazendas onde trabalharam a vida toda e continuarem a ser tratados como escravos ou migrar para a cidade em busca de uma nova vida e de algum trabalho remunerado.

A realidade que esperava por essa massa de miseráveis nos centros urbanos não era muito melhor do que o seu destino no campo. Hostilizados pela população e pelos agentes da lei e da ordem pública, acabavam sendo tratados como marginais e chamados de vagabundos e criminosos por todos. Aqueles que conseguiam algum emprego tinham que se sujeitar a condições de trabalho desumanas, além da baixíssima remuneração que

¹ São os casos da *desapropriação* da comunidade do Pinheirinho e dos protestos contra a construção de uma parada de metrô no bairro de classe alta chamado Higienópolis, onde os seus moradores reclamavam que o bairro seria invadido por ondas de «gente diferenciada». www.cartacapital.com.br. Último acesso 22.01.2013.

recebiam. Os que não tinham a mesma sorte, por falta de opção, acabavam tornando-se aquilo de que eram acusados e chamados assim que punham os pés nas cidades: criminosos. Em ambos os casos acabavam por se estabelecerem nos centros urbanos, por não possuírem dinheiro para viajarem ao trabalho todos os dias e por estarem mais próximos aos locais onde poderiam encontrar algum trabalho ou vítimas.

A violência, que grassa no tecido sócio-espacial urbano de algumas metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos-chave do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos. A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou a existência de um *exército* de miseráveis que vive das sobras da sociedade (Campos 2004: 19-20).

Os cortiços² surgem para preencher esta necessidade de mercado. A herança racista da Era Colonial aliada à miséria, ao pouco espaço, à falta de saneamento básico e ao desemprego da maioria de seus moradores contribuía para o alto índice de violência nestas áreas e para as constantes «batidas» policiais que acabavam sempre por aumentar ainda mais o estigma social de seus moradores.

A expansão social dos grandes centros urbanos logo declarará os cortiços como fonte de doenças e problemas sociais, clamando por sua erradicação. Seus antigos moradores são forçados a migrarem para as áreas periféricas da cidade onde acabarão por fixarem residência em áreas invadidas de forma ilegal. Nasce desta forma as primeiras favelas.

A legislação urbanística, mediante o Código de Posturas Municipais de 1886, estabelecia um espaço ambíguo para os pobres na cidade de São Paulo, propondo o modelo das vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas em fileiras, sempre na periferia dos núcleos urbanos. Condenava a existência de habitações coletivas, identificando a alta densidade desses territórios com a impossibilidade de se obter uma vida saudável e incompatível com o progresso civilizado da nação (Carril 2009: 78).

A história do desenvolvimento dos grandes centros urbanos brasileiros é marcada pelo processo de expulsão dos socialmente rejeitados em razão da expansão da malha metropolitana. Este processo se repete de forma quase inalterada desde os tempos do Império até os nossos dias.

Os indivíduos expulsos são forçados a viverem em áreas desprovidas de saneamento básico, segurança pública e meios de comunicação. Como ocupam ilegalmente territórios que sempre pertencem a alguém – seja um indivíduo, uma companhia ou ao próprio Governo – estão sempre em perigo de serem expulsos quando o proprietário resolve reclamar a posse da terra perdida. Tais episódios são sempre marcados por extrema violência estatal contra os moradores, resultando – não raro – na morte de alguns destes moradores durante o processo de reintegração de posse de terra.

Outro processo muito importante para a análise e compreensão do desenvolvimento urbano das metrópoles brasileiras e da criação dos espaços de exclusão é o do sitiamen-

² Os cortiços (casa cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. As instalações sanitárias são comuns) já existiam desde a o Império, mas sofrem um aumento vertiginoso após o fim da escravidão.

to³ das áreas de ocupação ilegal pelas cidades em seu perpétuo processo de expansão de sua malha urbana. O sítio ocorre quando a cidade cresce e ocupa o que antes estava demarcado como sua zona periférica. Em geral, na Europa, quando a malha urbana de uma cidade expande-se para além de sua periferia, esta acaba por assimilar vilas e povoados que margeavam a sua fronteira, anexando-os à sua composição urbana. Estas vilas e povoados acabam sendo convertidos em bairros da metrópole, perdendo a sua independência territorial.

A malha urbana em processo de expansão nas cidades brasileiras quando alcançam áreas de ocupação ilegal de terra que lhe margeiam as fronteiras não as absorvem, pelo contrário, as sitiavam quando não conseguem desapropriá-las. As favelas, por conseguinte, acabam por se assemelharem a feridas cancerígenas expostas no sanitizado e civilizado território da cidade legal⁴.

O espaço que separa a cidade legal da cidade ilegal⁵ é marcado pela visível ausência dos poderes públicos e pela fronteira informal separando os habitantes de ambas as territorialidades. Esta fronteira é guardada pela polícia no território legal e pelos traficantes de drogas no território ilegal, cujos confrontos são inevitáveis e ocorrem numa frequência quase diária.

O tempo e a especulação imobiliária acabam por expulsar moradores de menor poder aquisitivo, que incapazes de se manterem numa localização tão próxima da cidade⁶, são forçados a migrarem para as «novas» zonas periféricas da cidade em expansão. Além disso, com o sitiamento da favela, chegam os poderes do Estado que, quando não conseguem destruir a invasão, acabam por legalizar as terras faveladas impondo aos moradores a obrigatoriedade do pagamento de impostos por posse de terra, por saneamento básico e pela segurança pública⁷.

Uma vez que a cidade se espalha horizontalmente sobre o seu sítio, novas periferias surgem. Ao longo do século XX, o modelo inicial baseado no binômio *legalidade/ilegalidade* se manteve quase como se fossem se criando com a formação de diferentes cidades em uma só, um padrão baseado no que foi sendo pautado pelo entendimento ou não à legislação. Essa divisão entre uma cidade legal e outra ilegal permaneceu como linha estrutural do crescimento urbano [...]. A cidade ilegal é formada pelos pobres que vão sendo empurrados para as periferias onde não há as condições mínimas de ordenamento territorial urbano, mas propiciam o barateamento dos terrenos urbanos, o que lhes permitiu construir suas moradias, favelas, ocupar os mananciais e os conjuntos populares construídos pelo poder público (Carril 2009: 32).

A favela, desta forma, lentamente acaba por ganhar contornos citadinos, apesar de conservar muitos dos seus estigmas sociais. Os seus moradores, a despeito do novo grau de legalidade adquirido, nunca serão integrados à dinâmica social da cidade legal.

³ Utilizo a palavra sitiamento como uma alusão às táticas medievais de conquista de territórios desejados, no qual o exército invasor cercava – sitiava – a cidade, vila ou castelo em questão e aguardava que seus ocupantes ficassem sem provisões e fossem derrotados pela fome, sede, traições internas, pestes ou pelo simples cansaço.

⁴ Designamos de «cidade legal» toda área urbana reconhecida pelas autoridades e Instituições brasileiras como sendo oficiais.

⁵ Favelas e ocupações ilegais de terra em geral.

⁶ Temos em vista que o preço das coisas aumentam significativamente em razão da proximidade com os centros urbanos das cidades.

⁷ São as chamadas operações de Pacificação, onde devemos compreender o termo «pacificação» como um eufemismo para a caça seguida de morte empreendida pelas polícias contra os traficantes ou suspeitos de filiação aos grupos de tráfico de drogas.

2. Gueto é Favela?

A confusão terminológica entre os termos «gueto» e «favela» é um fato muito comum, sobretudo quando europeus tentam traduzir e compreender o fenômeno da favelização a partir de sua própria realidade social. Não raro a favela é compreendida como gueto e seus habitantes comparados com os socialmente indesejados de seus respectivos países. As diferenças entre ambos, apesar das similaridades, não poderiam ser maiores.

As Ciências Sociais utilizam com frequência o termo gueto de forma descritiva a fim de denotar:

[...] uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes (Wacquant 2004: 155).

As similaridades entre guetos e favelas, se considerados de forma geral, estão nos fatos de que ambos são espaços de segregação e exclusão social de indivíduos considerados indesejáveis pela maioria da população; ambos possuem maioria negra ou considerada negra; ambos possuem como importante indicador de problemas sociais níveis visíveis de pobreza, quando não de absoluta miséria; ambos estão sempre localizados em áreas consideradas perigosas por agentes da lei; e ambos são sempre apontados como focos de crescente marginalidade e crimes.

As diferenças entre ambos os espaços de exclusão são mais profundas e menos evidentes do que possamos imaginar ou perceber à primeira vista. De forma geral o gueto é um espaço de segregação de determinada etnia ou etnias vistas como sendo inferiores, parasitárias e incapazes de se integrarem à dinâmica econômica, moral e cultural de determinada maioria, conforme nos ilustra Wacquant em seu artigo *O que é gueto?*, que citamos a seguir:

[...] Inicialmente, na última metade do século XIX, o termo era usado para referir-se a concentrações residenciais de judeus europeus nos portos do Atlântico e era claramente distinto de *slum* enquanto área de moradia precária e de patologia social. O conceito expandiu-se durante a *Progressive Era* e passou a incluir todos os distritos urbanos degradados onde imigrantes exóticos juntavam-se – mais especificamente, imigrantes pobres do Sudeste europeu e afro-americanos fugindo do regime Jim Crow de submissão de castas no Sul dos EUA. Na medida em que o termo refletia preocupações da classe dominante com relação à assimilação desses grupos ao padrão anglo-saxão predominante no país, o «gueto» referia-se, nesse contexto, à intersecção entre bairros étnicos e *slums*, em que a segregação juntava-se ao abandono físico e à superpopulação, exacerbando assim males urbanos como a criminalidade, a desintegração familiar, a pobreza e a falta de participação na vida nacional (Wacquant 2004: 155-156).

Os guetos negros na América do Norte, indígenas nas Américas Central e do Sul e os guetos ciganos (Repúblicas Tcheca e Eslovaca, Hungria, Romênia, etc.), turcos (Holanda), ucranianos (em Portugal), armênios (França) entre tantos outros, são evidências inequívocas de um esforço consciente em excluir determinado *tipo* de indivíduo em determinada área da cidade. Estes bairros, contudo, possuem uma infraestrutura fundamental que os integram urbanisticamente à cidade: Escolas, hospitais, comércio, saneamento básico, eletricidade, estradas, prédios e/ou casas, água encanada e segurança pública, apresentam-se como formas dos poderes e Instituições públicas se fazerem sentir presentes nestas localidades.

A globalização, o aumento do fluxo de imigração e as crises econômico-sociais geradas pelo modelo neoliberal – que dá cada vez mais mostras de seu cansaço – fazem com que nos dias de hoje possamos encontrar uma maior mobilidade e diversidade étnica nos guetos europeus, visto que podemos encontrar um número cada vez maior de etnias pertencentes à maioria em bairros que antes concentravam apenas os excluídos. Isto não ocorre por conta de uma «favelização» dos guetos europeus, mas por simples dificuldades financeiras. Os membros da etnia majoritária, ainda que inseridos nos guetos, não recebem o mesmo tratamento dos «habitantes originais» por parte das autoridades oficiais, de forma que continuam tendo o *status* e o tratamento da etnia privilegiada da qual adveio. As chances de estes saírem dos guetos também são consideravelmente maiores do que as daqueles que *pertencem* à área de exclusão. Sua permanência nos guetos é, portanto, circunstancial enquanto que a dos demais é inevitável.

As favelas, por outro lado, são espaços de exclusão social originalmente destinados a indivíduos que entre si possuem prioritariamente a pobreza como lugar comum. É verdade que a maioria esmagadora de seus habitantes são afro-descendentes e que o racismo passivo-agressivo brasileiro não deve ser um fator a ser ignorado dada a sua relevância para a compreensão da formação dos espaços de exclusão social no Brasil, mas não podemos deixar de ressaltar que em seu fundamento, as favelas visavam e ainda hoje – mais do que nunca – visam segregar os economicamente desprivilegiados. Para tanto, precisamos nos dar conta de que:

O modelo de cidade que se tentava estabelecer deixava de fora os tipos de habitação e atividades, como cortiços, profissões de rua e agenciamentos familiares. Constituíam-se, assim, uma área de marginalidade social urbana que continha, em um primeiro plano, os negros e, mais tarde, os imigrantes (Wacquant 2004: 78).

O morador da favela vive quase sempre em áreas cujo Poder Público é quase ou completamente inexistente. Suas ruas e habitações se formam sem nenhum tipo de planejamento urbano ou controle governamental, e o mais importante para destacar a diferença entre os guetos europeus e as favelas brasileiras: seus moradores, a despeito da cor de suas peles, cabelos, olhos, origens, etc. serão todos tratados com o mesmo descaso, violência e crueldade pelas Instituições, Órgãos e Agentes Governamentais que deveriam ampará-los.

O fato de se afirmar que na favela todos são pretos⁸ não é indicativo étnico, mas de *status* social. O termo «preto» faz alusão à época escravagista e se refere ao tipo de tratamento que os favelados devem esperar do Poder Público. Ser tratado como um «preto» é ter seus direitos básicos violados sem qualquer direito à apelação, é ser considerado *a priori* criminoso e ser tratado como tal pela polícia, é ser temido pelos moradores dos centros urbanizados, é ser recusado em lojas e entrevistas de emprego por conta de seu endereço, é – enfim – existir e trafegar pela vida sub-humanamente. Por isso no verso do rapper MV Bill supracitado, lê-se que na favela japonês é preto também.

Assim sendo, podemos afirmar que *nos guetos a etnia é determinante e a pobreza é circunstancial*, enquanto que *nas favelas a pobreza é determinante e a etnia circunstancial*.

3. Os Estereótipos da Favela a partir do Olhar Estrangeiro

A imagem que o europeu – em geral – possui das favelas brasileiras, parte primariamente – como não poderia deixar de ser – de sua realidade social em comunhão com

⁸ «Preto» em português brasileiro possui o mesmo valor pejorativo que a palavra «nigger» em inglês.

a profusão de imagens e notícias vindas do Brasil seja por meio dos jornais e telejornais, dos filmes e documentários, literatura ou mesmo jogos eletrônicos que parecem dedicar especial atenção a estas zonas do Brasil.

O crescente interesse pela produção cinematográfica brasileira do Século XXI e a conquista inédita do Brasil ao direito de sediar as próximas Olimpíadas e Copa do Mundo parecem ter se consubstanciado na mobilização dos olhares estrangeiros – sobretudo europeus – para os problemas sociais enfrentados pelo país que há menos de 50 anos ainda guardava o *status* de destino turístico romântico e paradisíaco.

A favela e seus «perigos» parecem possuir uma força de atração e de fascínio ainda maior que o paraíso perdido na mentalidade europeia contemporânea. Acredito que isto ocorra em razão dos temores internos que estes tenham por seus próprios países.

A ideia de favela funciona – para o europeu médio – como um catalizador dos temores de um *por vir* sempre temido: o de que a barbárie generalizada se instale e corrompa sua cultura e sociedade. Explico e proponho um experimento: Convide um europeu médio a responder perguntas sobre o Brasil. A praia, o carnaval, a mulata e o futebol aparecerão sem sombra de dúvidas numa primeira instância. Caso seja inquirido sobre os problemas sociais do Brasil e este souber alguma coisa sobre isto, rapidamente o nosso experimento tomará formas mais interessantes e reveladoras: A favela, o crime e as pessoas perigosas que lá vivem tomarão o lugar das imagens bucólicas e românticas do primeiro momento.

Prossiga e peça para que este descreva como ele imagina que seja uma favela e provavelmente você ouvirá que este é um local de incrível pobreza e insalubridade inteiramente povoada por negros – os filmes, notícias e documentários reproduzem tais cenários com riqueza de detalhes – bem como seus inúmeros perigos.

Aprofundando-se ainda mais experimente pedir para que ainda descreva seus habitantes e um misto de compaixão e medo, provavelmente poderão ser exibidos. À medida que prosseguirem nesta descrição imaginária pode-se perceber, com muita facilidade, a lenta transfiguração dos favelados nos socialmente excluídos de sua própria sociedade.

Por fim, ao questionarmos por que razão ele pensa que aquelas pessoas vivem ali, constatamos que o europeu quase sempre explica a situação utilizando-se dos mesmos argumentos que utilizam para explicar o problema com os ciganos, por exemplo, nas Repúblicas Tcheca e Eslovaca: São pessoas que não querem trabalhar, que vivem da ajuda do governo, que roubam, que não estudam e estão lá por que não tem força de vontade o suficiente para lutar por uma vida melhor e/ou são preguiçosos e estúpidos. Eis a mágica transposição de ideias e de preconceitos. Mesmo os brasileiros nativos de classes mais abastadas tendem a darem e mesmo em acreditarem nestas explicações superficiais por comodidade social ou por verem o mundo a partir de uma lógica eurocêntrica, ainda que estejam totalmente inseridos em uma realidade sócio-econômica muito distinta.

A favela é um *aviso do que virá*, caso perca-se o controle dos grupos segregados e neste fato reside o fascínio elementar dos europeus para com as favelas. Esta crença, contudo, é equivocada.

4. Conclusão

A confusão terminológica existente entre gueto e favela advém de dois fatores importantes: o primeiro origina-se da transposição de mentalidades sobre uma realidade social distinta com base em sua própria história e dinâmica social; o segundo se dá pela projeção estética dos temores internos – justificados e injustificados – dos europeus para

com seus próprios problemas sociais a partir da transfiguração do «favelado» brasileiro nas minorias comumente relacionadas à marginalidade e conflitos étnicos nos países europeus. Curiosamente, o mesmo ocorre em via inversa. O brasileiro recém-chegado na Europa tende a identificar as minorias étnicas com os «favelados» de seu próprio país, tanto no temor e repulsa a estes como na tomada de defesa dos mesmos em nome da empatia e da justiça social. Tal postura varia de acordo com as tendências e com a vida que o brasileiro em questão carrega em sua própria história individual.

A questão é complexa e sua resolução não é das mais simples. Penso que quanto ao problema de mentalidade, o único recurso disponível para evitar este conflito é o esclarecimento – de ambas as partes – sobre a formação dos territórios de exclusão de seus respectivos países, bem como na história dos segregados em questão. Realisticamente pensando, contudo, temos que admitir que poucos se interessariam em se debruçar sobre a história daqueles que desprezam, a fim de adquirirem uma visão mais justa e correta das populações marginalizadas que jazem a um Oceano de distância.

O problema da projeção estética é ainda mais difícil de ser contornado, visto que de um lado atende a interesses políticos da direita europeia em alimentar o medo da população em relação às minorias e esconder suas próprias falhas, redirecionando o ódio e indignação dos nativos contra o elemento alienígena. Por outro lado as imagens da miséria parecem se universalizar de sorte que não é fácil convencer um europeu de que apesar de serem similares na aparência, em essência, são misérias completamente diferentes. No fim do dia, na mente do homem comum, miséria é miséria, crime é crime e medo é medo.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio de Almeida (1988), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPP/Zahar.
- AZEVEDO, Celia M. M. de (2008), *Onda Negra, Medo Branco*, São Paulo: Anna Blume.
- CAMPOS, Andreino (2007), *Do Quilombo à Favela*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARRIL, Lourdes (2009), *Quilombo, Favela e Periferia*, São Paulo: Annablume.
- CHALHOUB, Sidney (1996), «Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio», in: *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade 1*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FAUSTO, Bóris (2008), *História do Brasil*, São Paulo: Edusp.
- ROETT, Riordan (2010), *The New Brazil*, Washington, D.C.: The Brookings Institution.
- WACQUANT, Loic (2004), «O que é gueto? Construindo um conceito sociológico», *Revista de Sociologia e Política* 23, 155-164.

Fernando Costa
Katedra romanistiky
Filozofická fakulta
Univerzita Palackého v Olomouci
Křížkovského 10
771 80 Olomouc
República Checa
fernando.costa@upol.cz